

arquivo



administração

PUBLICAÇÃO OFICIAL
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

v. 1, n. 1, jan./jun. 1998



20356 Clas. PER
Arquivo & Administração
.1



arquivo & administração

v. 1, n. 1

jan./jun. 1998

SUMÁRIO

EDITORIAL	5
CARTA MISSIVA	7
Eliane Vasconcellos	
ARQUIVOS E INFORMAÇÃO: UMA PARCERIA PROMISSORA	15
Inaldo Barbosa Marinho Júnior e Junia Guimarães e Silva	
INFORMAÇÃO, ARQUIVOS E INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS	33
Maria Odila Fonseca	
A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DE DOCUMENTOS PARA OS SERVIÇOS PÚBLICOS FEDERAIS	45
Marilena Leite Paes	
A ADVOCACIA DOS CURRÍCULOS DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA: UMA PERSPECTIVA NORTE-AMERICANA	59
Richard J. Cox	
EM BUSCA DA CONSCIÊNCIA DO QUE SOMOS: A IDENTIDADE NACIONAL ATRAVÉS DA CULTURA	71
Sérgio Conde de Albite Silva	

R. 20356

Copyright © 1998 by Associação dos Arquivistas Brasileiros

Direitos desta edição reservados à EdUFF - Editora da Universidade Federal Fluminense Rua Miguel de Frias, 9 - anexo - sobreloja - Icaraí - Niterói - RJ - CEP 24220-000 Tel.: (021) 620-8080 ramais 200 e 353 - Telefax: (021) 620-8080 ramal 356

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da Editora.

Edição de texto : Damião Nascimento

Projeto gráfico e editoração eletrônica: Rosalvo Pereira Rosa

Capa: Felipe Teles da Cunha

Revisão: Damião Nascimento e Rita Godoy

Supervisão gráfica: Káthia M. Pimenta Macedo

Coordenação editorial: Damião Nascimento

Catálogo-na-fonte

Arquivo & Administração / Associação dos Arquivistas Brasileiros - Ano 1, n. 0 (1972) -

Rio de Janeiro : AAB, 1972 -

v. : 23cm.

Anual

Publicação oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros

1. Arquivo - Periódicos. 2. Administração - Periódicos. I. Associação dos Arquivistas

Brasileiros

CDD 025.171

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Reitor: *Luiz Pedro Antunes*

Vice-Reitor: *Fabiano da Costa Carvalho*

Diretora da EdUFF: *Eliana da Silva e Souza*

Comissão Editorial:

Adonia Antunes Prado

Anamaria da Costa Cruz

Gilda Helena Rocha Batista

Heraldo Silva da Costa Mattos

Ivan Ramalho de Almeida

Maria Guadalupe C. Piragibe da Fonseca

Roberto Kant de Lima

Roberto dos Santos Almeida

Vera Lucia dos Reis

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

Membros da Diretoria e do Conselho Editorial

Biênio 1997 - 1999

Diretoria

Presidente: *Mariza Bottino*

Vice-Presidente: *Laura Regina Xavier*

1ª Secretária: *Tânia Maria de Souza Pimenta*

2ª Secretária: *Eliana Balbina Flora Sales*

1ª Tesoureira: *Maria Celina Soares de Mello e Silva*

2º Tesoureiro: *Sérgio Duayer Hosken*

Conselho Editorial:

Mariza Bottino (Presidente)

Anamaria da Costa Cruz

Eliana Rezende Furtado de Mendonça

Fernando Antônio Pires Alves

Gilda Maria Braga

Maria Izabel de Oliveira

Maria T. W. Tavares da Costa Fontoura

Marilena Leite Paes

Rosali Fernandez de Souza

EDITORIAL

Com o lema "cooperação e parceria", a diretoria eleita para o biênio 1997-1999 iniciou sua jornada tendo à frente muitos desafios, dentre os quais reeditar *Arquivo & Administração*, que durante mais de uma década, desde a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), marcou presença no cenário arquivístico nacional e cuja publicação, por questões de ordem financeira, foi paralisada no ano de 1994, com o v. 23.

Através de parceria com a Editora da Universidade Federal Fluminense (EdUFF), a AAB está retomando a edição da revista *Arquivo & Administração*, seu veículo oficial de divulgação de experiências e reflexões sobre a Arquivologia, tanto em nível nacional quanto internacional, atendendo aos anseios e as demandas de informação especializada por parte da comunidade arquivística brasileira.

Quero manifestar um agradecimento especial à Profª Eliana da Silva e Souza, diretora da EdUFF, que contribuiu para que este desafio fosse superado, bem como a todos os colegas que colaboraram.

Saudações arquivísticas,

Mariza Bottino

Presidente da AAB

Conclusão

Nós, educadores arquivistas, precisamos repensar nossas atividades e, mais amplamente, sobre a realidade educacional. A. Bartlett Giametti escreveu que

conhecimentos humanistas, melhor do que a palavra educação, derivada do latim *educere*, *to lead out*, era a liderança, a parte da sabedoria particular para a notória excelência pública que era o final esperado dos estudos humanísticos (1990, p. 134).

Precisamos educar nossos estudantes seguindo este modelo, isto é, necessitamos guiá-los no mundo que cria documentos e que, em última instância, decide se serão preservados aqueles que possuem valor arquivístico. Esta é a chave para a *advocacia* arquivística, e é a chave para a educação arquivística.

Referências bibliográficas

BARZUN, Jacques. *Begin here* : the forgotten conditions of teaching and learning. Chicago : University of Chicago Press, 1991.

BOK, Derek. *Beyond the Ivory Tower* : partial responsibilities of the modern university. Cambridge : Harvard University Press, 1982.

_____. *Higher learning*. Cambridge : Harvard University Press, 1986.

GIAMATTI, A. Bartlett. *A free an ordered space* : the real world of the University. New York : W. W. Norton, 1990.

GRAY, David B. Archivists, you are what people think you keep. *American Archivist*, [S.l.], n. 52, p. 72-78. Winter 1989.

PELIKAN, Jaroslav. *The idea of the university* : a reexamination. New Haven : Yale University Press, 1992.

EM BUSCA DA CONSCIÊNCIA DO QUE SOMOS: A IDENTIDADE NACIONAL ATRAVÉS DA CULTURA

Sérgio Conde de Albite Silva
"Assim a culpa nos faz todos covardes".
Hamlet

Resumo

Dimensões sociológicas e psicológicas do brasileiro em Sérgio Buarque de Holanda. Estado brasileiro, as políticas públicas de preservação e a identidade nacional. Memória social brasileira e o reconhecimento da nação através da preservação da cultura.

Palavras-chave: cultura; identidade nacional; políticas de preservação.

O instinto de sobrevivência tem de falar mais alto.

Ao identificar e analisar as raízes e os dados que fazem parte do caldeirão, por demais remexido, e que dele pouco se saboreia de pronto, e na busca da preservação de nossa identidade cultural e das políticas que cuidam de sua preservação, demos de frente com um paralelo etimológico na palavra *PAI*. Patrimônio (do latim, herança paterna), paternalismo, patriarcal, "patrimonialismo", ensinamentos de Sérgio Buarque de Holanda que buscava nas palavras "as pontes entre sua consciência e a dos testemunhos da época" (DIAS, 1988, p. 73).

Se temos o que temos é porque somos o que somos. A percepção, compreensão e internalização desse fato pelos brasileiros é o fio da meada para nos reconhecermos nos nossos representantes legais de hoje e de sempre; nas políticas públicas aplicadas e nas suas conseqüências, distanciadas da expectativa da esmagadora maioria da população brasileira. Acordar de uma presunçosa superioridade individual exercitada por uma solene indiferença por tudo ou quase tudo que é socialmente relevante parece ser a grande lição que tomamos de Sérgio Buarque de Holanda.

O Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo. Não existe, entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição. A indistinção fundamental entre as duas formas é prejuízo romântico que teve seus adeptos mais entusiastas durante o século décimo nono (HOLANDA, 1997, p. 141).

Esse padrão cultural, herdado dos portugueses durante a colônia e internalizado quando da invenção da nação brasileira, fez com que a nossa identidade cultural se concentrasse no indivíduo e na família em prejuízo do social e de valores como trabalho, educação, comunidade, solidariedade. São aqueles padrões que fornecem estrutura para políticas autoritárias, atraso econômico, injustiça social, corrupção, fragilidade das instituições e todo um rol de mazelas sabidas e discutidas intensamente por todos.

Raymundo Faoro, analisando essa estrutura política, identifica no patronato político brasileiro e no estamento burocrático responsabilidades pela não “emancipação da política e cultura brasileira”. Diz Faoro:

a principal consequência cultural do prolongado domínio do patronato do estamento burocrático é a frustração do aparecimento da genuína cultura brasileira (FAORO, 1958, p. 269).

Para Faoro, este Estado do grande chefe, do pai, onde o bom governante é o bom provedor, desvaloriza a difusão democrática do poder, separando nação de Estado. “Formam-se duas sociedades justapostas: uma, cultivada e letrada; a outra, primária, com estratificações sem simbolismo telúrico”. Dessa saem nossos políticos e legisladores a “construir a realidade a golpes de leis (...). A legalidade teórica apresenta conteúdo e estrutura diferentes dos costumes e da tradição populares” (FAORO, 1958, p. 268).

Lawrence Harrison, pesquisador do Centro de Estudos Internacionais do MIT, pergunta: “Por que os líderes da América Latina insistem em escolher más políticas? Por que as instituições latino-americanas são quase sempre fracas e corruptas?” Harrison responde, recorrendo a Alexis de Tocqueville: “Não se pode esperar que políticas e instituições democrático-capitalistas funcionem se os valores do povo que opera dentro dessas instituições não forem inerentes a elas.”

Essa atribuição à cultura de que é ela, e não a política ou a economia, a responsável pelo subdesenvolvimento, mostra-se nitidamente, no caso brasileiro, na obra *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda. Na história social e de interpretação de mentalidades erguida por Sérgio Buarque de Holanda, esse estudo se apresenta como fundamental. A confusão entre forma e conteúdo, família e Estado, indivíduo e sociedade, anarquia e organização, intimidade e rito é explorada por Sérgio Buarque de Holanda no que chama Antonio Candido, na introdução dessa obra, de “admirável metodologia dos contrários” e “exploração de conceitos polares”. Mais adiante, Antonio Candido escreve:

Formado nos quadros da estrutura familiar, o brasileiro recebeu o peso das “relações de simpatia”, que dificultam a incorporação normal a outros agrupamentos. Por isso não acha agradáveis as relações impessoais, características do Estado, procurando reduzi-las ao padrão pessoal e afetivo. Onde pesa a família, sobretudo em seu molde tradicional,

difficilmente se forma a sociedade urbana de tipo moderno (...) O “homem cordial” (...) se opõe ao ritualismo da polidez (...) a “mentalidade cordial” estão ligados traços como a sociabilidade apenas aparente, que na verdade não se impõe ao indivíduo e não exerce efeito positivo na estruturação de uma ordem coletiva (...) o nosso culto tradicional pelas formas impressionantes, o exibicionismo, a improvisação e a falta de aplicação seguida, levando ao máximo a confiança nas idéias, mesmo quando inaplicáveis. Na vida política, a isso correspondem o liberalismo ornamental (que em realidade provém do desejo de negar uma autoridade incômoda) e a ausência do verdadeiro espírito democrático (HOLANDA, 1997, p. 16).

Assim, Antonio Candido aponta, baseado em Sérgio Buarque de Holanda, que “tendemos de maneira contraditória para uma organização administrativa ideal, que deveria funcionar automaticamente pela virtude impessoal da lei, e para o mais extremo personalismo, que a desfaz a cada passo” (HOLANDA, 1997, p. 19).

A descontinuidade política é de tal forma intensa no Brasil, certamente consequência de todo esse caldo cultural/psicológico, que, para Sérgio Buarque de Holanda, somente com as “liquidações das raízes” e a “perda crescente das características ibéricas” chegaríamos a um desenvolvimento histórico, a uma “civilização urbana e cosmopolita”.

Para isso, é necessária consciência dessa conjuntura e, para essa consciência, é necessária educação e, por fim, nada disso adianta se não houver autocrítica. Sem autocrítica fica difícil acreditar em qualquer movimento estritamente educacional ou político. E isso significa o re-conhecimento mais do que conhecimento. O conceito de identidade implica autoconhecimento, qualidade de idêntico, visualizar características próprias, tanto individual como socialmente. Ambas as identidades são mutuamente influenciáveis e indissociáveis. É ensinado pela sociologia que a identidade pessoal ou social é sempre socialmente atribuída, mantida e transformada.

Tais considerações não absolvem governos, estado, administração pública. Se o Brasil continua patinando nas suas políticas públicas em geral e nas políticas de preservação dos bens e identidade cultural, no particular, é porque são redundantemente confusos os limites entre os deveres e direitos dos cidadãos, das instituições, dos governantes, das elites e do Estado. Insistimos que essa trapalhada pode ser explicada pela formação cultural brasileira.

Sérgio Buarque de Holanda nos ensina que

(...) onde quer que prospere e assente em bases muito sólidas idéia de família – e onde predomina a família do tipo patriarcal –, tende a ser precária e a lutar contra fortes restrições a formação e evolução da sociedade (...) A crise de adaptação dos indivíduos ao mecanismo social é, assim, especialmente sensível no nosso tempo devido ao decisi-

vo triunfo de certas virtudes *antifamiliares* por excelência, como o são, sem dúvida, aquelas que repousam no espírito de iniciativa pessoal e na concorrência entre os cidadãos (HOLANDA, 1997, p. 144).

Na confusão entre público e privado, Sérgio Buarque de Holanda aponta um certo “tipo primitivo” oriundo da família patriarcal rural e que passa a exercer influência nas cidades, quando de seu desenvolvimento, deixando uma herança que até hoje, e é o que temos tentado demonstrar, persiste, provocando esses desajustes e desacertos quando alçados ao poder formal da burocracia, administração e governo. Assim escreve Sérgio Buarque de Holanda:

Não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público. Assim, eles se caracterizam justamente pelo que separa o funcionário “patrimonial” do puro burocrata conforme a definição de Max Weber. Para o funcionário “patrimonial”, a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos (HOLANDA, 1997, p. 145).

Então chegamos à questão: como se formam e são formuladas pelo Estado e pela burocracia brasileira essas políticas e estratégias? Quais são e foram essas formas institucionais para a indicação de valores que definiram o que seja bem cultural no Brasil? Ao identificar a origem dessa escolha e sentido, pode-se obter um indicativo de como eram as relações sociais que culminaram na institucionalização das formas e políticas culturais no Brasil de 37, de 50, de 80 e detectar indícios relativamente seguros da atuação do Estado, da administração pública, da burocracia e do governo.

Abordando estas questões, José Maria Jardim (1995, p. 49) procura analisar, a partir de Tragtemberg e Weber, as relações entre burocracia, poder e política. Ao analisar as relações entre burocracia e grupos de interesses, o autor demonstra que há um momento em que a administração fica mais flexível, e a interferência da burocracia oficial deixa de ser tão rígida e passa a estabelecer, em regimes pluralistas, compromissos com diversos grupos sociais. Ao se afastar das políticas exercidas por “uma roda restrita de notáveis”, não caberia distinção entre administração e política. Num Estado contemporâneo, haveria uma proliferação tanto da administração como de grupos de interesses, o que faria com que decisões políticas também se afastassem do governo. Como se dá essa relação entre funções administrativas, burocracia, poder e política no Brasil de hoje e no de ontem? A resposta de Jardim mostra que o Estado brasileiro se

afasta da sociedade já num primeiro momento e, com a República, tende para a centralização, em prejuízo dos estados e municípios. Indica ainda Jardim que as

bases teóricas e operacionais da administração pública no Brasil podem ser encontradas na década de 30 (...) quando são buscados novos marcos conceituais na atuação governamental do Brasil.

A criação do primeiro órgão gerenciador e político de preservação brasileiro, o SPHAN, bem como as primeiras políticas de preservação assentadas sobre papel são de 1937. Importante analisar um certo “fascínio pela uniformidade e pela modernidade” como características de eficiência para o Estado brasileiro de então.

Nas políticas de preservação, temos o Decreto-Lei n. 25, de 1937, que foi a primeira formalização e normalização de preocupações preservacionistas da cultura e memória nacional, sabidamente a reboque de Mário de Andrade e dos modernistas, com alto cunho nacionalista e em plena ditadura Vargas. Do estudo deste decreto-lei poderá construir-se toda uma circunstância política, intelectual, social e prática que levou ao surgimento da lei e do seu órgão regulamentador, o SPHAN. O que pode levar à conclusão de que desde 1937 tende-se a mostrar o Brasil para os brasileiros, mas sempre um Brasil escolhido e sempre para uns brasileiros “mais” brasileiros do que outros.

Aquilo que virá a formar os acervos das instituições de cultura, memória e informação depende da cultura e do exercício de cidadania, das relações que desenvolveremos entre nós mesmos, entre a sociedade e o Estado, entre o Estado brasileiro e as outras nações e culturas.

Para isso urge que saibamos em que consistem os registros, os bens culturais preservados e de quem foi esta escolha.

Quem determina o que é bem cultural? Os bens culturais são instituídos? Por quem? É a coletividade anônima que produz eco e/ou indica diretamente o que é bem cultural e o que deve ser preservado? Foi o Estado que determinou o que deve ou o que foi preservado? Foram os intelectuais, os salvadores da pátria, os donos do saber? Foi o povo brasileiro consciente e determinado na sua escolha e claro na demonstração dessa escolha? E essa escolha, e esse acervo, e os nossos bens culturais refletem com justeza e coerência a memória social, a vida do brasileiro? Está aí considerado aquilo que realmente importa ao cidadão? Estão nitidamente preservadas a memória dos respectivos quadros sociais existentes no nosso país? A memória operária, a memória dos negros, das mulheres, dos trabalhadores do campo (parcela enorme e significativa na história do país), a memória dos excluídos, a memória dos comuns? Este conjunto de

bens culturais preservados foi, enfim, resultado de uma escolha democrática? E estão democraticamente acessíveis aos cidadãos? Ou foram preservados para quê?

Havendo escolha, há exclusão e discriminação. E se não houver escolha, como preservar, na prática, a *totalidade da experiência social*?

Se quisermos estabelecer políticas claras e eficientes na consolidação da cidadania e do acesso do cidadão à cultura, temos e teremos sempre de escolher. O fundamental é que as políticas que norteiam essa escolha sejam também claras na sinalização de que são resultados dessa mesma escolha e, portanto, ostensivamente, excludentes. Que as políticas públicas de preservação explicitem os significados e valores culturais sobre os quais se basearam para sua própria formulação.

No levantamento para a identificação da base de sustentação das políticas públicas de preservação no Brasil, impossível fugir da identificação dos valores dados a este ou aquele objeto ou bem cultural em detrimento de outro. Seria a identificação do motivo da escolha. Conforme Ulpiano Bezerra de Menezes,

(...) a problemática da cultura, o domínio cultural, tudo isso diz respeito à produção, armazenamento, circulação, consumo, reciclagem, mobilização e descarte de *sentidos*, de *significações*. Por consequência, diz respeito, igualmente, aos *valores*.

Na confirmação óbvia da *escolha*, Menezes afirma que estas

(...) se elaboram absorvendo sentidos e valores: há escolhas, mas elas não são aleatórias e mecânicas, pois dependem das significações que lhes atribuímos e dos juízos com que a hierarquizamos (1994, p. 26).

Quais foram e quais são esses sentidos e valores no decorrer da construção das políticas públicas de preservação no Brasil? Como era a sociedade e a mentalidade e que sentidos e valores predominaram, por exemplo, na feitura do Decreto-Lei n. 5, de 1937? E depois, como essa escolha caminhou? Para este mesmo autor, essa escolha não é resultado automático das “necessidades e respostas”, mas de uma “mediação simbólica”. E esta mediação é a “instância da cultura”. É, enfim, uma forma de proceder. Como procederam e como procedem os fazedores das políticas públicas de preservação no Brasil?

Segundo Menezes,

a natureza das necessidades não é dada integralmente pela natureza, mas *instituída* segundo contextos específicos e como decorrência de escolhas e seleções. Deriva daí a amplitude de formas, objetivos, produtos, consequências, e, mais ainda, a possibilidade permanente de mudanças (1994, p. 28).

Como resultado, para Menezes, “(...)os valores culturais não são espontâneos, não se impõem por si próprios. Não nascem com o indivíduo, não são produtos da natureza. Decorrem da ação social.”

São, portanto, essencialmente de “caráter político”. Para o autor, o caráter humano destas atribuições de valor, enormes e inúmeros conflitos, desarmonia etc. acaba sugerindo ser indispensável a “formulação de políticas e estratégias de atuação (...) e formas institucionais de indicação de valor”. Como se formam e são formuladas essas políticas e estratégias? Quais são e foram essas formas institucionais para a indicação de valores, no Brasil? Ao identificar a origem dessa escolha e sentido, pode-se obter um indicativo de como eram as relações sociais que culminaram na institucionalização das formas e políticas culturais no Brasil de 37, de 50, de 90.

Que coisas preservar e por quê? (...) Que processos de construção social do sentido e que dispositivos de seleção e excludência fazem com que, da infinita multiplicidade de objetos, uns se tornem lixo e sejam destinados ao extermínio e à rejeição, enquanto outros se transformam em objetos históricos ou obras de arte merecedores de espaços privilegiados nos santuários da cultura e motivos de intensa veneração? (MENEZES, 1994, p. 30).

Para ele existem dois eixos de definição: o poder e a morte. Ficando apenas com o poder, Menezes recorre a Le Goff quando este adverte para a importância da memória coletiva nas lutas das forças sociais pela dominação do corpo social.

Assegurar a posição de senhores da memória e do esquecimento tem sido uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as formações sociais (MENEZES, 1994, p. 33).

Ao estender seus comentários para o caso brasileiro, diz:

Numa ordem social como a nossa, extremamente hierarquizada e expondo diferenças abissais de situações de vida, é fácil supor como são discriminatórios os mecanismos de seleção, de consagração e preservação. Numa ordem social desse gênero, talvez a única coisa efetivamente igualitária seja algo como a SIDA (Aids), que incide indiferentemente em todas as classes sociais, sem opção preferencial evidente. O mesmo não se dá com a memória e o patrimônio, que essa é amplamente elitista. Com efeito, nas sociedades arcaicas ou nas massas espoliadas das sociedades modernas, à margem das tecnologias da escrita e correlatas, a memória é assegurada particularmente pelos recursos narrativos orais (lendas, mitos, epopéias etc.) e por alguns poucos artefatos e marcas iconográficas. Essas significativas parcelas da humanidade não costumam deixar ou deixam raros registros arquitetônicos e urbanos, e mais raros monumentos. A cidade é fenômeno recente na história e o que fica de memória é privilégio das classes dominantes. As camadas desfavorecidas, que constituem no entanto as mãos que as constroem, possuem, na melhor das hipóteses, a possibilidade de sua eventual fruição estética, já que, como símbolos de poder, não se costumam velar monumentos e fachadas de palácios, do mesmo modo que a praça pública e a lua se expõe generosamente (MENEZES, 1994, p. 34).

A primeira consequência é, portanto, que os brasileiros não se reconhecem no que foi estabelecido por patrimônio cultural brasileiro, mantendo-se, assim, de forma subliminar, a “desidentidade” nacional. Como romper esse círculo? Essa “incapacidade” dos brasileiros do Estado de estabelecer diretrizes para o re-conhecimento da nação só é proporcional à capacidade dos cidadãos de ficar rodando em torno de seu próprio umbigo. As políticas restringem-se a ondas de interesses, a regras regionais, a circunstâncias especiais e não se faz a regra definitiva. Um pretense debate político envolve a todos, satisfazendo a forma da necessária discussão democrática, mas evitando, para regozijo de todos, tocar no centro das questões essenciais da política e da administração pública.

O papel de vítima parece ser outra característica do caráter do brasileiro. E, como vítimas, nos afastamos de quaisquer responsabilidades. É a alienação. Para compreender o Brasil precisamos aceitar o que somos, mas sem resignação. A condição de eterno confronto entre o cidadão e seus representantes no Estado se apresenta como uma “boa” fórmula de não aceitar e entender uma realidade para modificá-la.

A reação de uma nação que se encontra sucumbida sob essa “carapaça administrativa” só pode vir de baixo para cima, a partir de uma tomada de consciência e através da imposição da diferença entre a “cultura genuína” e anseios do povo e a perpetuação desse tipo de Estado. Aí teremos uma verdadeira emancipação política e cultural.

Lembramos ainda de Michel Foucault que nos diz que o domínio do poder é muito mais molecular e difuso e que está dentro de nós. O Estado nos serve o que pedimos. Sem se reconhecer numa realidade nacional, sem perceber que a cidadania se impõe ao Estado, sem se reconhecer como titulares de direitos e deveres, não se reconhecendo como pessoas investidas de dignidade e merecedoras de respeito social, fica difícil se construir qualquer identidade social. O fato grave e dramático é que, dessa forma, socialmente desidentificado, culturalmente desestruturado, perde-se um elemento essencial de conexão que garanta uma posição exata e segura em nosso sistema político. Nesse processo de construção da identidade, da cultura nacional e da consolidação da cidadania, torna-se essencial a organização de um modelo institucional que viabilize o acesso consciente de todos aos sistemas políticos em busca do reconhecimento próprio e de nação. E o papel da cultura na definição do que somos é total.

Abstract

Sociologicals and psychologicals extent of brasilian nation in Sérgio Buarque de Holanda. The brasilian State, the preservation policies and the nation identity. Brazilian social memory and the recognition of the nation through the preservation of its culture. Keywords: culture; national identity; preservation policies.

Referências bibliográficas

- DIAS, Maria Odila da Silva. *Sérgio Buarque de Holanda : vida e obra*. São Paulo : USP, 1988. p.73-82: Estilo e método de Sérgio Buarque de Holanda.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. São Paulo : Martins, 1958.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis : Vozes, 1977.
- _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro : Graal, 1982.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo : Companhia das Letras, 1995.
- JARDIM, José Maria. *Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil*. Niterói : EdUFF, 1995.
- MENEZES, Ulpiano Bezerra de. Identidade Cultural e Arqueologia. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 20. p. 33-36, 1984.
- _____. Os “usos culturais” da cultura. *Anais do Museu Paulista : nova série universidade*, São Paulo, v. 2, jan./dez. 1994.